

Secretário diz que lei é alterada desde 1954

A lei de número 351, de 1954, que rege as edificações do município, vem sendo alterada casuisticamente, ao sabor de interesses que não se sabe de onde vêm e permitindo o aparecimento de bairros como Mata da Praia e Ilha do Boi. A opinião, do secretário de Obras da Prefeitura de Vitória, Laerce Machado, foi manifestada na abertura dos debates sobre o Plano Diretor Urbano (PDU), que junto com o novo Código de Obras foi recém elaborado e agora está sendo discutido pelos setores interessados da sociedade.

Apesar da importância do encontro, que reuniu representantes de diversos órgãos públicos e entidades de classe, um número pouco superior a 20 pessoas participou dos debates, no auditório do Colégio Maria Ortiz. Estes prosseguiram ontem, às 19 horas, com palestra do advogado e consultor gaúcho, Manoel André da Rocha, sobre Legislação Urbana, e terão continuidade hoje, com a presença do secretário de Estado do Planejamento, Arlindo Vilaschi, do arquiteto Carlos Maximiliano Fayet e novamente de Manoel André da Rocha. O público em geral está convidado.

APRESENTAÇÃO

Além de ter denunciado o casuísmo que vem caracterizando a legislação sobre edificações do município de Vitória, Laerce Machado considerou que o PDU, o Código de Obras e a companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano representam a primeira etapa da intervenção do Poder Público no arranjo urbano da cidade.

Conforme afirmou, logo que tomou posse na Prefeitura como secretário de Obras, sentiu a necessidade de convocação da Fundação Jones dos Santos Neves para participar da elaboração de um plano de ordenamento das funções de Vitória, que, no seu entender, sofre influência, como também transmite, a toda a área metropolitana, que inclui Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

Assim sendo, o PDU teve que ser baseado sobre a realidade da Grande Vitória, e não unicamente sobre as características que identificam a vida da Capital. Conforme disse Laerce, pela primeira vez a legislação urbana da cidade é definida por técnicos locais. "Não se importou nenhuma lei de centros como São Paulo, Rio e Belo Horizonte", observou o secretário de Obras, para quem o município deverá, com a transformação em lei do PDU, assumir suas origens e seu ordenamento.

Nesse sentido, frisou a importância da presença do presidente da Câmara

Municipal, Máximo Vieira Varejão, uma vez que dependerá dele e de seus pares a aprovação ou não do Plano. Logo após, disse estar aberto o debate, precedendo o arquiteto Fernando Bertarello, da Fundação Jones dos Santos Neves, que fez um resumo do PDU.

Bertarello considerou que o estabelecimento do modelo de assentamento proposto define seis áreas principais: o Centro, o aterro do Suá, Ilha de Santa Maria, Santo Antônio, contorno e a parte interior da Ilha. Lembrou o arquiteto que em uma reunião preliminar, realizada em Campinho quando o Plano ainda não havia sido concluído, um dos participantes — a Cesan — manifestou sua preocupação com o aumento populacional de Vitória, tendo em vista a infra-estrutura de abastecimento de água prevista para os próximos anos.

Conforme disse Bertarello, até o ano 2 mil a Grande Vitória contará com 900 mil habitantes, e Vitória poderá acomodar, no máximo, 500 mil pessoas. O arquiteto observou que na elaboração do PDU foi tomado como base o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória, de 1976, que já pretendia uma estrutura polinucleada para a aglomeração, com a criação e incentivo de "centros de animação" ou secundários.

O PDU, segundo ele, tratou de detalhar ainda mais esta proposta, levando em consideração os centros já existentes em Vila Velha e Campo Grande — Cariacica — e definindo, para Vitória, em nível ainda mais inferior, os centros de bairros. Conforme disse, isso terá a finalidade de desafogar a área central da cidade, que funciona como o centro metropolitano, favorecendo a transferência de atividades terciárias para outras áreas.

Bertarello lembrou ainda que com a Siderúrgica de Tubarão haverá naturalmente um incremento desse tipo de atividade — comércio, serviços e funções institucionais — não só na Grande Vitória, mas em todo o Estado.

Um outro aspecto considerado por ele para a elaboração do PDU foi a disponibilidade de vias de transporte em Vitória e a necessidade de disseminação do comércio pelas áreas residenciais, visando não saturar alguns pontos. Na explanação do arquiteto, os técnicos presentes puderam tomar conhecimento que o Plano propõe a definição de seis zonas residenciais, segundo seus respectivos modelos de assentamento, infra-estrutura e densidade populacional; três zonas comerciais, conforme o tipo de comércio já existente na Capital, duas zonas institucionais — o aterro do Suá e a área situada entre as avenidas Vitória e Beira Mar — e zonas especiais.